
COPENHAGUE – Debate do GAC: Gerenciamento de documentos internos confidenciais

Domingo, 12 de março de 2017 – 11h às 12h30 CET

ICANN58 | Copenhague, Dinamarca

CHAIR SCHNEIDER:

Por favor, ocupem seus lugares que vamos dar início a sessão.

Por favor, ocupem seus lugares. Bem-vindos a sessão que tem o número 12. Esta sessão é um debate, uma discussão. Pedimos ter lugar para fazê-lo e achamos que esse é o momento exato, a idéia é como vamos gerenciar os documentos confidenciais do GAC ou aqueles que pensávamos serem confidenciais. Temos aqui um documento explicativo para aqueles que não estão muito a par disso.

Tivemos um caso onde houve um painel de revisão independente que está analisando decisões da diretoria da ICANN relacionadas com a delegação ou não delegação de uma cadeia de caracteres, a diretoria decidiu não delegar essa cadeia de caracteres com base em uma assessoria do GAC nós demos em Beijing em 2013 em abril, se eu não me engano e como parte desse IRP se pediu a ICANN que apresentasse diferentes documentos que tinham a ver com a lista de distribuição de correio eletrônico do GAC, transcrições das nossas deliberações

Observação: O conteúdo deste documento é produto resultante da transcrição de um arquivo de áudio para um arquivo de texto. Ainda levando em conta que a transcrição é fiel ao áudio na sua maior proporção, em alguns casos pode estar incompleta ou inexata por falta de fidelidade do áudio, bem como pode ter sido corrigida gramaticalmente para melhorar a qualidade e compreensão do texto. Esta transcrição é proporcionada como material adicional ao arquivo de áudio, mas não deve ser considerada como registro oficial.

desse momento e, posteriormente, na equipe de autoridades fizemos com que ficasse muito contentes com a apresentação desses documentos. Basicamente porque considerávamos que as trocas que tínhamos na lista de correio eletrônico são confidenciais em termos do GAC e chegamos a conclusão de que é pelo interesse do GAC, principalmente para aqueles que pediam ao GAC que tomasse essa decisão por consenso que fizemos em Beijing de não delegar essa cadeia de caracteres íamos apoiar a ICANN nos seus esforços para apoiar ou demonstrar a esse painel de revisão independente que a assessoria do GAC se tinha realizado conforme as normas vigentes e que cumpriam também com as normas que estavam no guia do solicitante.

Quer dizer, tínhamos seguido todas as normas da maneira certa e decidimos aceitar isso sabendo que, com o tempo, se chegássemos inclusive aos tribunais com painel IRP, se isso chegasse a um tribunal judicial teríamos que dar acesso a esses documentos e comunicações de qualquer maneira.

Então esse é o caso em particular que nos ocupa, mas nós pensamos que isso também nos leva a uma discussão mais ampla, não apenas sobre esse caso, nós temos que entender que a nossa hipótese de que a comunicação do GAC na lista de e-mails e os arquivos dessas listas são confidenciais até que alguém peça acesso a essa comunicação através de um

procedimento, por exemplo, o IRP, um painel de revisão independente interno da ICANN ou um tribunal judicial e essas comunicações não vão ser confidenciais nesse caso.

Essa é uma causa que é tramitada no fórum dos EUA, mas se a ICANN estivesse em uma jurisdição diferente e existissem diferenças nacionais, dependendo de quem fizer a solicitação para apresentar esses documentos, talvez em outros países, nesse caso, foram os advogados de uma das partes, mas em outros países pode ser talvez o juiz, ou a câmara, um painel, pode haver diferenças também em que momento do processo devem ser apresentados esses documentos, mas o fato de que possam e devam ser apresentados acho que se aplica a todas as jurisdições e também temos que levar em conta que a maioria, ou todos os governos, talvez.

Nós escrevemos com o nosso e-mail profissional em uma lista para os colegas e se alguém a nível nacional pede o acesso a estas comunicações existem legislações e políticas de governo abertas, porque em termos gerais os cidadãos e outras partes também ter acesso ao que fazemos como funcionários públicos.

Se existem restrições por segurança nacional, a maioria dos países, ou em todos, quando nós escrevemos alguma coisa desde o nosso e-mail profissional isso é acessível para as pessoas, para o povo. Então se nos baseamos na tendência

global de falar, de sermos mais transparentes, ter acesso a informação, esta informação pode ser pedida.

Também devemos levar em conta que, considerando que agora todas as nossas sessões são abertas, porque antes tínhamos sessões fechadas, mas agora são abertas, então a pergunta que temos que fazer é: tem sentido pensar que precisamos utilizar, ou devemos utilizar uma lista de e-mails confidencial quando estamos em uma reunião que vai ser aberta ao público? Porque estão os documentos na tela os documentos que se transcrevem, então eu acho que devemos utilizar o tempo para fazer uma pergunta entre todos e eu posso responder perguntas sobre algum assunto pontual, mas talvez no futuro surjam situações semelhantes. Então não é apenas esta única vez. A pergunta chave aqui é: gostaríamos de ter uma lista de e-mails confidencial? Sim ou não? Caso a resposta seja afirmativa, em que situações?

Por outra parte, se pensarmos que necessitamos dessa lista, onde podemos ter essa lista de e-mails confidenciais? Porque quando nos reunimos com todas as autoridades dizemos: isso não é uma questão menor, porque talvez temos que ter os nossos correios de e-mails conosco, se não queremos que ninguém acesse essas comunicações. É como é uma introdução que estou fazendo, uma apresentação, esperem um minuto que

vou tomar uma caneta para ver quem é que quer falar, mas eu vejo que o Brasil é o primeiro da lista.

BRASIL:

Obrigado Thomas, obrigado pela introdução. Com o devido respeito acho que não devemos debater aqui o que devemos para o futuro, eu acho que o GAC pode definir o que quiser. Há uma tendência para abertura dos governos, claro que o meu governo apóia essa tendência, mas não é o que acontece com todos os governos do mundo.

Eu acho que o GAC é quem deve definir e aí não há qualquer dúvida a respeito. O que queria apresentar aqui tem relação com os princípios e não com uma situação especial segundo mencionou o próprio senhor e através da secretaria da ACIG, tem a ver com este painel IRP e o processo mencionado já anteriormente, mas eu queria falar desse assunto com uma questão de princípios.

Segundo eu li na nossa comunicação e também no anexo que recebemos de John Jeffrey, há algumas expressões que descrevem a situação. Em primeiro lugar conhecer, saber os documentos internos, inclusive quando tenham a ver com sessões fechadas e as transcrições de conversas privadas estão sobre controle da ICANN.

Isto eu acho que as nossas delegações não devem se surpreender, mas o que achei realmente surpreendente é que a ICANN, quando presta o serviço de secretaria para o GAC, manteve esse registro de todas essas comunicações e eu acho referência ao anexo do senhor Jeffrey que diz o tipo de documentos que devem ser incluídas nessa categoria as transcrições das reuniões do GAC, inclusive as reuniões fechadas, não estamos falando apenas de e-mails, mas também as transcrições das sessões fechadas. Sessões que nós pensávamos que de alguma forma eram privadas, mas foram gravadas e depois estão a disposição. As comunicações internas que têm a ver com solicitação de Amazon e etc.

Ou seja, o primeiro ponto era esse. Eu gostaria de receber as contribuições dos colegas para ver o que pensam sobre que a ICANN tenha sobre seu controle todas as comunicações, considerando que eu sei que os e-mails ficam no servidor, mas realmente me surpreendeu, porque sempre tentamos de ver essas situações como governo tentando de armar uma imagem tecnológica tanto aqui como nas nações unidas, em todos os lugares acontecem. Não é porque estamos aqui na ICANN, somos um setor privado, continuamos sendo governo, temos que fazer as coisas de determinada forma e também temos que explicar aos nossos superiores o que fazemos aqui de alguma forma. Então para nós é muito importante ter a certeza de que,

se trabalhamos em um entorno multissetorial a forma de fazer as formas deve ser respeitada.

Então por isso organizamos NETmundial, porque em algum ponto as pessoas estavam tentando impor na sociedade civil as mesmas normas ou formas de tomar decisões das que toma o governo e na verdade não, cada grupo de partes interessadas tem que se organizar, tem que decidir como vai fazer as coisas, como validar as suas decisões, como selecionar os seus representantes, então não temos que impor e queremos que isso fique bem claro, que seja construtivo dentro do entorno, mas como governo temos que nos distanciar da forma de como trabalhamos, porque todos devemos prestar contas as nossas autoridades governamentais do que estamos fazendo, depois na luz de tudo isso porque estamos falando sobre o passado e não no futuro. então obviamente que nós podemos tomar qualquer decisão e apoiar, mas que tipo de documentos são confidenciais, o que acontece com as sessões fechadas, eu acho que precisamos de um esclarecimento maior a respeito, ou seja, que tema de fundo principal entra dentro dessa categoria de documentos confidenciais para este painel de revisão independente.

Eu acho que nós gostaríamos de receber algum esclarecimento a respeito, não estamos aqui contra, mas há uma tendência para ir a transparência, para sermos mais transparentes a

respeito dos nossos procedimentos. Obviamente que apoiamos essa decisão e igualmente achamos que há outro princípio, porque apoiamos a hipótese de que há alguns documentos e de que há deliberações de alguma forma que são preservadas e realmente é surpreendente que esse não é o caso. Por isso gostaríamos de falar dessa situação, desse ponto como um dos princípios que temos aqui na mesa.

Eu não acredito que o mesmo tipo de informação que se exige ao GAC se exige também a outras unidades constitutivas, eu entendo que nunca houve um debate público sobre o setor privado, sobre suas estratégias. Eu acho que também não foi avaliada a nossa discussão estratégica, mas eu acho que se nos pedem que façamos como o governo ficaríamos surpresos, então eu acho que precisamos de uma próxima etapa em que cada um de nós deve debater com o seu governo em favor da transparência, mas em definitivo o que quero dizer pé que devemos falar desse assunto e porque estamos fixando um precedente, caso contrário, talvez tenhamos que tomar uma decisão que seja totalmente coerente e uniforme com o feito no passado.

CHAIR SCHNEIDER:

Muito bem, eu acho que é provável que a palavra “controle” que está se tratando aqui. Há um aspecto técnico e um aspecto

jurídico a respeito. A ICANN grava e registra as nossas sessões e as arquiva ou mantém no servidor e eles têm esse “controle” desse arquivo. Tem também os arquivos de e-mails nos seus servidores e isso não é nada novo para nós. Todos sabemos e sabíamos que a lista de e-mails da ICANN está alojada nos servidores da ICANN.

Então se tomarmos uma sala de Adobe que tivemos por uma sala do GAC, inclusive das autoridades do GAC que também estão em uma sala de Adobe, isso está armazenado no servidor, eu não sei que país está o servidor ou os dados, mas está sob controle da ICANN por assim dizer, isso não é nada novo, isso é assim.

No que tange ao que nós somos governos que trabalhamos sobre certas hipóteses ou condições é verdade, se estamos trabalhando em uma instituição intergovernamental existem algumas imunidades outorgadas a essa instituição segundo a sua condição jurídica, sua personalidade e os acordos com o país anfitrião, o direito público, etc. Nós também sabemos que não estamos trabalhando numa organização intergovernamental neste caso, porque se trata de uma instituição privada, conforme a legislação de um determinado país, de uma determinada região, daquele país em especial, também isso não é novo.

O fato de que nunca tivemos feito essas perguntas é porque a ICANN há 10 anos, ou quando se armou tudo, o que farão no caso de tal hipótese, ou que surja uma causa interna e externa e pesam os documentos. Eu acho que teríamos feito já essa pergunta e a mesma forma de raciocinar onde existisse um interesse claro como para apoiar a ICANN para tomar uma decisão que nós pedimos a eles tomarem com base no nosso assessoramento por consenso. Eu acho que este é o aspecto novo.

Isto é o que eu posso manifestar, mas o senhor tem razão, porque tem a ver com uma questão de princípios, mas temos que também deixar em claro as condições jurídicas sobre as quais estamos trabalhando em um entorno, em um âmbito como esse, onde os governos são membros de uma unidade constitutiva ou de um comitê assessor como parte de uma instituição privada, talvez tenhamos que analisar esta situação com maior detalhe para ver o que significa na verdade, mas não há segredos. Todos podem procurar essas questões, não há nada novo, pelo menos do ponto de vista que eu posso apresentar.

BRASIL:

Desculpe por pedir novamente a palavra, mas eu quero acrescentar mais uma coisa que não é grande coisa para o

debate, mas é exatamente o que o senhor acabou de falar, nós estamos trabalhando sobre uma determina jurisdição, determinadas condições jurídicas, então eu acho que isso leva diretamente ao debate sobre jurisdição, trabalhamos no entorno do qual não estivemos de acordo com essas normas de alguma maneira, isso foi decidido há alguns anos, não foi debatido durante a transição e quando foi debatido falamos que não estávamos de acordo, especialmente no que tinha a ver com a resolução de conflitos e também é uma surpresa porque durante antes eu trabalhei sobre a hipótese de que as sessões eram fechadas, alguma delas, então não, segundo a legislação da Califórnia, dos EUA, se há um juiz que solicite que a ICANN tenha controle então essas coisas se relacionam entre si.

De uma forma que talvez para alguns de nós não seja surpreendente, mas da perspectiva de um governo que tem que ser responsável e prestar contas apresenta algumas preocupações. A questão das jurisdições apresenta algumas preocupações.

Obrigado.

CHAIR SCHNEIDER:

Obrigado ao representante do Brasil e também obrigado pelo esclarecimento do que é fechado e aberto, o que é uma sessão fechada e aberta. Nessas sessões fechadas, bom, de todas as

formas não há nada que seja inacessível, mas que é acessível para um grupo pequeno de pessoas que estejam envolvidas na questão e isso aplica ao acesso a nossa informação, então há uma diferença entre uma coisa que é publicamente disponível, que é de caráter público e uma coisa que está a disposição em um grupo de pequena de pessoas envolvidas em uma questão particular, isso quero esclarecer também.

Agora, claro que estamos trabalhando no entorno de condições jurídicas pré-estabelecidas e isso é um fato. Mais alguém quer se manifestar? Fazer algum comentário ou pergunta?

IRÃ:

Obrigado Thomas. Obrigado por apresentar essas questões e pelos comentários apresentados.

Eu acho que devemos fazer várias diferenças. Em primeiro lugar estamos falando sobre o passado ou sobre o futuro? A subdivisão indicaria que estamos falando do passado numa situação específica ou numa situação geral.

Podemos analisar isso de uma maneira simplista ou realista. No direito tudo tem base em 2 coisas. A letra e o espírito da lei. O espírito da lei significa as circunstâncias dentro das quais foram feitas as deliberações pertinentes. Então se o conteúdo de um e-mail tal qual está apresentado, sem levar em conta o entorno

dentro do qual se realizou a deliberação correspondente e toda a informação de referência, talvez esse e-mail deu a impressão incorreta perante o tribunal. Trocamos muitos e-mails sobre um assunto, por exemplo, se resolveu esse assunto e tivemos outras deliberações que têm a ver com esse e-mail.

Também não devemos dissuadir as pessoas que assumam a palavra. Se nós sabemos que tudo que é dito nessa reunião pode ser apresentado em um tribunal, então talvez optemos pelo silêncio e por não falar nada mais a respeito. Então deveríamos ser muito precavidos, porque essa é uma via de ação bastante perigosa, devemos ser cautelosos e perceber que não é fácil que um tribunal tenha base nestas questões.

Também devemos levar em conta que quando as reuniões do GAC eram fechadas em alguma época se realizaram deliberações também. Então essa questão analisada foi tratada em uma das reuniões fechadas, onde redigíamos um comunicado. Por exemplo, também foi mencionado que estamos dentro do marco jurídico da ICANN que se rege pelo direito da Califórnia. Para mim é difícil, não falamos em Beijing que talvez nós estejamos dentro do direito da Califórnia? Em Marrocos também falamos que, talvez poderíamos estar sujeitos ao tratamento jurídico completamente diferente, como a jurisdição da ICANN na Califórnia. Estamos entrando em uma área complexa e não podemos decidir de maneira simplista em

uma questão assim. Se queremos falar sobre casos específicos, talvez cheguemos a um acordo naqueles casos, mas é muito difícil fazer uma generalização e decidir uma coisa na base do caso geral.

Eu acho que esta é uma questão jurídica muito difícil, muito complexa, o fato de dar a conhecer esses e-mails, as transcrições, as deliberações e etc.

Às vezes as transcrições não são exatas. Eu posso demonstrar que disse uma coisa e que foi transcrita de uma forma totalmente diferente, talvez a minha pronuncia não foi correta. A gramática não foi correta ou a pessoa que fez a transcrição não entendeu o que eu disse, então eu acho que a transcrição não acho que essa transcrição seja de utilidade. Facilita a leitura, mas não tem um valor jurídica para ser levado como instrumento a favor ou contra uma questão. Eu acho que isso é muito complexo. Obrigado.

CHAIR SCHNEIDER:

Muito obrigado ao representante do Irã. Eu acho que disse uma coisa muito valiosa quanto as transcrições. Eu também posso dar exemplo do meu país que se confunde Suíça com outro país. Mas também temos gravação de áudio além de transcrições onde se reflete exatamente o que disse uma pessoa. As transcrições têm uma exatidão de 80 a 90%, inclusive até 95%,

mas esse 5% é uma coisa a levar em conta e o senhor tem razão quando coloca esse ponto. Então não sei se uma transcrição serviria como prova judicial, talvez se deva consultar o arquivo de áudio como complemento.

Muito obrigado por fazer essa distinção entre o passado e o futuro.

Eu acho que devemos tentar conseguir soluções para o futuro do problema, mas temos que igualmente saber o que aconteceu no passado. Então os 2 fatores vão de mãos dadas.

PERU:

Vou falar em espanhol.

Eu estou totalmente de acordo com as colocações dos colegas do Brasil e do Irã. Entendo perfeitamente essas colocações e acho que todos nos sentimos um pouco surpresos, não é? Perante o desconhecimento de uma norma que nos obrigava a entregar documentos e não a conhecíamos, mas todos sabemos também que o desconhecimento de uma norma não implica que possamos violar essa norma. A nossa obrigação é conhecer uma norma. Desse lado, por essa parte, estamos um pouco perdidos, mas também queria dizer que não só estou de acordo com o Irã e o Brasil, mas que é necessário refletir que estamos em uma situação que nos enfrenta, mas em 2 frentes. De um

lado essa frente a qual não estamos habituados. Aqueles que trabalhamos neste mundo internacional não estamos habituados a esse tipo de fiscalização e registro. Mas, por outra parte, temos outra frente que é a nossa melhor disposição para ajudar a solução de um problema sobre o qual o GAC já se pronunciou oportunamente que tem a ver com o .Amazon e devido a que essa recomendação foi acolhida é que nesse momento a diretoria está nessa situação. Num painel e tendo que obter provas como quem tira coelhos da cartola para defender uma situação que nós recomendamos que fosse tratada desse jeito.

Então sem desmerecer a melhor disposição que possamos ter para colaborar com a ICANN e a sua diretoria, acho que teríamos que ver a possibilidade de achar uma fórmula que nos garanta certa discricionalidade aqueles governos que somos parte. Se eu tivesse a intenção de mandar um e-mail para que fosse lido por todo mundo, mando para todo mundo e coloco na lista do GAC. Mas se eu só mando para Thomas Schneider é porque só quero que ele leia o e-mail.

Então nesse sentido acho que quando nos reunamos com a diretoria, talvez seria a ocasião de colocar a possibilidade de que colaborem conosco para achar uma fórmula, uma saída mutuamente satisfatória. Uma saída que nos ajude a encontrar,

com o GAC, uma fórmula discreta e que não gere um conflito com eles, também não no futuro e é tudo.

CHAIR SCHNEIDER: Obrigado Peru.

FRANÇA: Obrigado senhor presidente. Quero falar, em primeiro lugar, a respeito da clareza, a confusão sobre o que é confidencial e o que não é. Talvez, como sugeriu o senhor, não há nada confidencial em um e-mail privado entre 2 pessoas, mas precisamos de uma clara política de transparência por parte da ICANN. Eu acho que o Brasil também mencionou o tema da reciprocidade a respeito de outras unidades constitutivas, outros SO e ACs, por exemplo, conversas em sessões fechadas da GNSO, o que vai acontecer com essas sessões? Podem ser de caráter público também? Nós vamos poder acessar esse conteúdo? Quer dizer que isso afeta toda a comunidade da ICANN e em segundo lugar queria dizer uma coisa que o Brasil mencionou sobre a jurisdição ou fórum. Isso entra no tema da jurisdição, na área de trabalho 2 e esse tema que estamos tratando vai ter impacto a respeito do tema de trabalhar em uma jurisdição nacional e não ter nenhum tipo de comunidade que costumam ter as organizações internacionais, Então clareza, reciprocidade e jurisdição.

CHAIR SCHNEIDER: Obrigado ao representante da França, não sei se mais alguém quer falar. Bom, antes de passar a palavra para o Brasil quero ver como vamos continuar na ordem dessa sessão devido ao tempo que temos a disposição. Antes de fechar a sessão quero perguntar então o que fazer a respeito, como avançamos?

Uma proposta formulada pelo Peru é colocar isso a diretoria.

BRASIL: Desculpe senhor presidente por pedir novamente a palavra, mas é que agora eu quero focar no futuro. Senhor presidente, para ser justo com o senhor, quero dizer que se nos tivessem consultado antes não teríamos estado contra a decisão adotada, simplesmente apresentamos esses fatores porque ao ler o texto percebemos certas preocupações perante as deliberações formuladas e depois Irã, Peru e França salientaram alguns aspectos adicionais, com o qual essas questões merecem a nossa atenção.

Agora, a respeito do que o senhor realizou não temos nada a esconder, não temos preocupação a respeito desses documentos, mas é uma questão de princípios. Eu sugeriria que de agora em diante se enfrentarmos situações similares poderemos ter uma consulta rápida e isso seria suficiente

porque então as pessoas estariam a par do acontecido e não espero que ninguém apresente uma objeção. Talvez eu me surpreenda no futuro, mas a tendência é que a cada vez nossas reuniões sejam mais abertas e, por último, quero dizer que uma das questões colocadas pelo Peru me fez pensar em que talvez seja necessária certa clareza sobre as trocas realizadas na nossa lista de e-mails. Sabemos que essas trocas estão sob o controle da ICANN, mas se fizermos troca de correspondência a título individual teríamos que ver o que acontece, porque para isso usamos nosso endereço eletro Nico pessoal e o que acontece, a ICANN controla também esse endereço? Isso geraria grande preocupação quanto a privacidade, sabemos que a privacidade é uma espécie de utopia na realidade, mas o que aconteceria se a ICANN controlasse todas as nossas comunicações, inclusive dos nossos correios pessoais?

CHAIR SCHNEIDER:

Obrigado Brasil, quero dizer uma coisa a respeito do seguinte, quero informar ao GAC. Nos informaram que essa solicitação foi apresentada, tive várias teleconferências com o diretor executivo da ICANN e com o seu assessor geral e nos disseram que essa é uma questão bastante urgente e que em uma das teleconferências nos disseram que era uma questão muito urgente. Eu pedi um prazo e me disseram que o prazo era amanhã e já tinham me pedido uma ampliação de prazo com o

qual não havia tempo para a formulação de uma consulta nesse caso. Agora de face ao futuro talvez deveríamos nos perguntar o seguinte, se houver comunicações que devemos manter sob confidencialidade, não só no sentido de que não seja de caráter público, mas também de que a ICANN não possa oferecer acesso a terceiro, temos que pensar o que é que vamos fazer e, bom, estamos utilizando uma rede virtual de internet sem fio fornecida pela ICANN, então é uma questão de comunicação, não de vigilância, mas isso que eu espero. O mesmo acontece para outros serviços que são pagos pela ICANN.

Então não acho que aquelas comunicações que não passem pela lista de e-mails ou serviços como Adobe Connect, não acho que a ICANN não esteja em controle dessas comunicações, mas deveríamos pensar o que acontece se uma situação desse estilo volte a acontecer. Então devemos estar preparados, prontos para saber o que fazer nesse caso. Algum tipo de comunicação que não queremos que a ICANN tenha acesso? Então o que fazer? Como fazer a esse respeito? É necessária uma delimitação e uma diferença entre as 2 comunicações.

IRÃ:

Não é que não queiramos que a ICANN, por exemplo, esteja a par do que nós falamos. Que faz a ICANN? Eles utilizam isso em apresentações judiciais, por exemplo. Em segundo lugar, na

carta que mencionou há coisas que dizem que se não oferecemos essa informação o caso vai se perder, quem disse? O tribunal? O departamento de assuntos legais da ICANN? Essa é uma espécie de intimidação, porque foi incluído esse texto de onde saiu, qual o fundamento? Por favor, esclareça essa questão, porque parece que para que as pessoas respondam estão forçando dizendo que se ele não responde esse é um caso perdido.

Então se não entregarmos todos esses e-mails que podem ser utilizados contra nós esse será um caso perdido, de onde que provém essa expressão?

CHAIR SCHNEIDRE:

Bom, desde o primeiro lugar, se eu tivesse acesso ao controle como é chamado podem ser forçado a apresentar esses documentos, mas se não queremos que a ICANN esteja nessa posição não podemos dar acesso nem controle a esses e-mails, porque existe uma vinculação legal se alguém pedir isso.

O outro ponto eu não escrevi e não disse se não apresentarmos esse documento perdemos a causa, eu não escrevi isso, eu apenas escrevi o que me informaram porque disse ao assessor legal que é o que se passa e ele disse, bom, se não apresentamos esses documentos e é o que ele disse e foi isso que eu informei. Disse existem grandes probabilidades de que

seja perdida a causa, essa foi uma avaliação feita pelo assessor jurídico que tem muita mais experiência do que eu, porque realmente nunca participei nem na ICANN nem em nenhum outro lugar. Essa é informação que me deram e a que eu transmiti.

É isso o que eu posso avaliar, compartilhar, eu não disse que iria se perder a causa se não fazíamos isso e que haveria altas probabilidades de que a ICANN perdesse essa causa, mas é uma previsão, o juiz não disse nada sobre essa decisão que iriam tomar.

Bom, devemos parar por aqui, sabemos que é um tema muito delicado, mas devemos passar para o seguinte ponto na nossa agenda.